

1

Ata de Reunião

2

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às oito horas e trinta minutos, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e convidados se reuniram para 5ª Assembleia Geral Ordinária de 2016, no auditório da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba (Amvap), situada na Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende, nº 3.180, Distrito Industrial, em Uberlândia/MG, para discutir os seguintes pontos da pauta, que foram encaminhados anteriormente a todos os membros:

7

8

Item 01 - Abertura com verificação de presença e quórum; Item 02 - Leitura do expediente e informes; Item 03 - Aprovação da ata da 5ª Assembleia Geral Extraordinária (22.09.16); Item 04 - Informes dos Conselheiros; Item 05 - Apreciação e votação da minuta preliminar do Regimento Interno do CBH Araguari. Membros

11

12

presentes: Cyntia Goulart Corrêa Bruno Ribeiro, Bruno Neto de Ávila, Hideraldo Buch, Ademar Franco Guimarães, Maurício Marques Scalon, Bruno Gonçalves dos Santos, Reginaldo José de Oliveira, Dirce Aparecida Ferreira Marques, Maria Martins Pedrosa, Joaquim Menezes Ribeiro da Silva, Michel Sinclair Rodrigues, Cláudio Júnio Leocádio, Sylvio Luiz Andreozzi, João Eduardo Della Torres Ferreira, Thiago Alves do Nascimento, Maria Lúcia Furtado Coelho Campos, William Pereira Rodrigues, Paulo Alves Cardoso, Antonio Giacomini Ribeiro, Geraldo Magela Mendes e Ivone Aparecida Borges. Presente

18

19

por procuração: Allan de Oliveira Mota representado por Jeane Sabrina Maia; José Antônio Leandro representado por Alessandro Uchitel Pereira de Souza Coelho; Hermógenes Vicente Ribeiro representado por Reinaldo Santos de Rezende; e Geraldo Silvio de Oliveira representado por Fernanda A. Martins. Membros ausentes com justificativa: Alberto José

22

23

de Almeida, Pedro Augusto Rodrigues dos Santos, Iléia Pereira Chaves Addulmassih, Jandir Francisco de Andrade, Carlos Luiz Mamede, Wilson Pereira Barbosa, Antônio Augusto Melo Malard, Robson Rodrigues dos Santos, Daniel Rennó Tenenwrcel, Pedro Ernesto Nasciutti, Joaquim Odilon Fernandes, Marco Aurélio Pereira Paiva, Luciano Leão Pereira, Gislaine Canuto, Antônio Geraldo de Oliveira, Jean de Carvalho Breves, Guilherme Coelho Melazo, Isabella Chaves do Nascimento, Adalto Ribeiro Franco e Geraldo Silvio de Oliveira. Convidados: Olívia Dias Rodrigues Alves (ABHA), Lyanna Peixoto Silva (Franco Propaganda), Dayana de Sá e Sousa (ABHA), Isabelle Ap. Damasceno (IEF/PEPF),

30

31 Ronaldo Brandão Barbosa (ABHA), Viviane Lima de Carvalho (IPDSA/ Prefeitura de Araxá),
32 Paulo R. Camargos (IPDSA/ Prefeitura de Araxá), Givago Leite (IPDSA/ Prefeitura de
33 Araxá). O Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (CBH Araguari),
34 Antonio Giacomini Ribeiro, conforme **item 01** da pauta, faz a verificação de quórum e inicia
35 a reunião agradecendo o acolhimento e a cessão do auditório da Amvap que vem sendo
36 disponibilizado ao Comitê nas últimas reuniões, tanto de diretoria, câmaras técnicas e
37 assembleias. O Secretário Executivo do CBH Araguari, Thiago Alves do Nascimento, no
38 **item 02**, faz a leitura das correspondências recebidas e das justificativas de ausência dos
39 conselheiros, sendo as últimas aprovadas por unanimidade. Dando continuidade, no **item**
40 **03**, Giacomini informa que a ata da 5ª Assembleia Geral Extraordinária de 2016 do CBH
41 Araguari, realizada no dia 22 de setembro, foi enviada para todos os conselheiros e
42 pergunta se há alguma consideração a ser feita. Não havendo nenhuma contribuição, a ata
43 é colocada em regime de votação. A ata é aprovada, no entanto, o Secretário Executivo se
44 abstém do voto devido ao pronunciamento ocorrido na assembleia do dia 22/09 sobre a
45 Fiemg ter pressionado o Igam em relação ao cancelamento do evento realizado em
46 Tapira/MG em agosto do ano vigente, informa que a Federação está tendo acesso aos fatos
47 e ao áudio para que sejam tomadas as providências necessárias. No **item 04**, a conselheira
48 representante do Instituto Estadual de Florestas (IEF), Cyntia Ribeiro, em nome da gerência
49 do Parque Estadual do Pau Furado, faz a leitura na íntegra da Moção nº 3.822/2016, que
50 altera a denominação do Parque Estadual do Pau Furado para Parque Estadual Eduardo
51 Antônio Fonseca Cardoso. A conselheira comunica que será passado um abaixo assinado
52 para que os presentes, que se sentirem à vontade para assinar, possam apoiar essa
53 moção. Thiago saliente que o abaixo assinado também já passou pela reunião do COPAM.
54 O conselheiro representante da Prefeitura Municipal de Sacramento, Maurício Scalon
55 questiona de quem foi a iniciativa do projeto de lei. A Gestora Ambiental do Parque Estadual
56 do Pau Furado, Isabelle Damasceno informa que o projeto foi apresentado por todos os
57 deputados estaduais de Uberlândia, sendo todos a favor da alteração do nome, e esclarece
58 que o motivo da mudança é devido a uma homenagem ao Sr. Eduardo Cardoso que faleceu
59 esse ano, sendo ele um frequentador do parque, praticante de motociclismo. Isabelle
60 ressalta que por lei, não é mais permitida a prática dessa atividade dentro do parque. O
61 conselheiro Sylvio Andreozzi, representante da UFU no CBH, diz que participa do Conselho

62 Consuntivo do Parque e que participou da trajetória de criação do mesmo. Andreozzi
63 manifesta sua perplexidade em relação os deputados por conceberem esse projeto de lei,
64 uma vez que, os motociclistas já causaram diversos problemas no que refere a preservação
65 do local, sendo eles opositores da própria existência do parque. Pacificado o assunto,
66 Giacomini coloca em votação a aprovação da moção, que conterà o mesmo conteúdo
67 apresentado pela conselheira Cyntia Ribeiro. A moção é aprovada por unanimidade. O
68 Presidente solicita que o texto do documento seja enviado à secretaria do CBH para que
69 seja inserido em papel timbrado. O membro representante da GRS Uberaba, Hideraldo
70 Buch solicita que o mesmo seja feito para o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias
71 Hidrográficas (FMCBH), pois também apresentará essa moção aos membros do Fórum na
72 próxima reunião. Ainda no **item 04**, o conselheiro Reginaldo José de Oliveira, representante
73 da Prefeitura Municipal de Indianópolis, faz o relato de sua participação e dos demais
74 conselheiros no curso sobre Sistemas de Tratamento de Esgotos, oferecido pela
75 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES). Oliveira explana os objetivos, as
76 palestras realizadas e sua opinião pessoal e defende que a participação dos membros do
77 CBH Araguari no curso agregou muito conhecimento técnico e experiência, sendo o único
78 ponto negativo o pouco tempo para a gama de conteúdo ministrado. Ele agradece a
79 confiança e o investimento feito pelo Comitê no custeio dos conselheiros. O Gerente
80 Administrativo e Financeiro da ABHA, Ronaldo Barbosa sugere que o CBH conclame os
81 demais conselheiros que participaram do curso a participarem efetivamente do processo
82 de manifestação de interesse que agência irá reabrir, sobre tratamentos alternativas de
83 efluentes. O Presidente do CBH justifica o investimento na capacitação dos membros, pois
84 há uma quantidade expressiva de recursos destinados para o tratamento de efluentes no
85 novo Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e solicita que a Câmara Técnica de Assuntos
86 Institucionais de Legais (CTIL) crie um Grupo de Trabalho para tratar sobre o saneamento
87 na bacia, lembrando que os membros que foram no curso da ABES deverão ser convidados
88 a participar. A conselheira Ivone Borges, representante do Centro Operacional de
89 Desenvolvimento e Saneamento de Uberaba (Codau) convida os conselheiros do CBH
90 Araguari para visitarem as estações de tratamento de efluentes e de água do Centro, em
91 Uberaba, e informa que a meta do Codau é chegar à 98% (noventa e oito por cento) de
92 efluentes tratados. Giacomini pede que seja verificada junto a secretaria do CBH uma data

93 para organizar a visita. O conselheiro Maurício Scalon informa que há 20 anos seu
94 município possui estação de tratamento de efluentes com baixo custo de manutenção, e
95 também propõe uma visita do CBH Araguari ao local. Hideraldo Buch informa que no dia
96 18 do mês vigente os membros da Comissão Organizadora do 1º Encontro Estadual de
97 Comitês de Bacias Hidrográficas se reuniram em Belo Horizonte/MG. No momento, foram
98 definidos os objetivos gerais e específicos do evento, ficando agendada a próxima reunião
99 para o dia 28 de novembro, em Teófilo Otoni/MG. Thiago Alves se manifesta dizendo que
100 espera que esses eventos tenham efetividade e não seja um muro das lamentações com
101 falas vazias. Ele também questiona a gestão de recursos hídricos, pois há várias reuniões
102 sem resultados. Buch defende a realização desses encontros, pois são momentos em que
103 podem tentar solucionar os problemas junto ao Governo do Estado. O Secretário Executivo
104 Adjunto, Joaquim Menezes afirma que já há instâncias para discutir os problemas da gestão
105 hídrica e devendo eles serem fortalecidos, pois com novas instâncias, os custos com a
106 participação de conselheiros aumentarão. Ele também solicita mais resultados e menos
107 reuniões. O Presidente do Comitê diz que o FMCBH discute os procedimentos e problemas
108 de 36 (trinta e seis) comitês, informa que participou da reunião da comissão organizadora
109 do encontro estadual para questionar as deficiências dos CBHs que não tem estrutura
110 nenhuma, impossibilitando até mesmo que haja a mobilização para o evento, complementa
111 ainda, dizendo que o CBH Araguari poderá apoiar os comitês que não possuem recursos,
112 pois o Araguari tem estrutura para isso. Giacomini afirma que o intuito do encontro é trazer
113 pessoas de fora, criar novas lideranças, com capacitação técnica e com mobilização
114 política. Thiago informa que o CBH Araguari está extrapolando a quantidade prevista na
115 Resolução CBH Araguari nº 62/2015 que disciplina o custeio dos conselheiros para
116 participação em cursos de capacitação e eventos técnico-científicos, sendo assim, sugere
117 à plenária que a norma seja revista devido ao aumento da proatividade e protagonismo que
118 o CBH vem atingindo ultimamente. Portanto, o Secretário Executivo e Coordenador da
119 CTIL, propõe que seja seguida a Deliberação Normativa nº 46/2014 do CERH até que a
120 Resolução nº 62/2015 do CBH Araguari seja revisada. Como não foi pautada a revogação
121 da referida Resolução para essa assembleia, Giacomini consulta a plenária em relação a
122 revogação da norma por uma Deliberação *ad referendum*. A plenária manifesta a favor,
123 devido a relevância, urgência e importância do tema. Sendo assim, já fica pautada para a

124 próxima assembleia a apresentação e votação da Deliberação *ad referendum*, que revoga
125 a Resolução CBH Araguari nº 62/2015. O Presidente solicita que a CTIL apresente na
126 próxima reunião plenária a minuta da nova Deliberação, que disciplinará sobre o custeio de
127 conselheiros, e pede à ABHA um levantamento da quantidade de diárias que cada
128 conselheiro já utilizou até o momento, pois conforme a DN 46/2014 do CERH, são
129 permitidas somente 40 diárias ao ano. Giacomini questiona os conselheiros sobre a
130 possibilidade de alterar a data da última Assembleia Ordinária de 2016, passando do dia 1º
131 (primeiro), para 8 (oito) de dezembro. O pedido de alteração se dá pelo fato do FMCBH se
132 reunir nos dias antecedentes ao dia da assembleia do CBH, podendo ocasionar algum
133 contratempo no retorno de sua viagem, inviabilizando a sua participação e de outros
134 conselheiros na plenária. Após consulta aos membros, a alteração é aprovada por
135 unanimidade. Mantendo no **item 04** da pauta, o Presidente do CBH informa que a
136 Assembleia de dezembro terá caráter técnico e administrativo, pois está sendo organizado
137 um seminário para a apresentação da Avaliação Ambiental Integrada do Setor Hidrelétrico,
138 a ser realizado no período da tarde da plenária. Ele comunica que a Avaliação é rica em
139 informações, contendo materiais e metodologias que poderão ser utilizadas na revisão do
140 Plano Diretor (PDRH), trazendo economia para o CBH. Giacomini informa que os CDs com
141 o conteúdo da Avaliação já foram entregues ao Coordenador da Câmara Técnica de
142 Planejamento e Controle (CTPlan), Sylvio Andreozzi, que analisará o que poderá ser
143 aproveitado para o PDRH. O Presidente salienta que a Supram/TMAP vem solicitando a
144 participação do Comitê na regularização hídrica. Segundo a Superintendência, há cerca de
145 9 (nove) mil processos de outorgas parados, sendo $\frac{1}{4}$ (um quarto) deles na região do PN2.
146 Esses dados interferem em 20 (vinte) a 25% (vinte e cinco por cento) na receita do CBH
147 Araguari, sendo cobrado hoje, menos de mil usuários pelo uso dos recursos hídricos. Essas
148 informações foram fornecidas na reunião que teve com o Ministério Público e os diretores
149 da Supram, no dia 19/10, em Uberaba/MG. Sendo assim, Giacomini levanta a questão do
150 que poderá ser feito para que os processos parados não aumentem, tendo no projeto da
151 Outorga Eletrônica uma alternativa para solucionar o problema. No entanto, o CBH está
152 aguardando um retorno do DAEE-SP para que venham apresentar o projeto, que poderá
153 ser custeado pelo Ministério Público, que mostrou interesse em financiar esse projeto. O
154 Presidente solicita que a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança se reúna para tratar

155 desse assunto. Thiago acrescenta, dizendo que da totalidade dos processos de outorgas,
156 70% (setenta por cento) são de uso insignificante conforme dados do SISEMAnet. O
157 representante da Usina Uberaba e conselheiro do Comitê, William Pereira Rodrigues
158 complementa, informando que o sistema do SISEMAnet pode ser falho, mas funciona bem
159 para os processos de barragens de resíduos. Após toda discussão e comentários, o
160 Presidente do CBH coloca em votação a realização da 6ª Assembleia Geral Ordinária de
161 2016 juntamente ao Seminário de Apresentação da Avaliação Ambiental Integrada do Setor
162 Hidrelétrico, sendo realizados no período da manhã e tarde do dia 08/12/16. Os
163 conselheiros resolvem por aprovar a referida programação. Giacomini informa que o evento
164 será aberto ao público, sendo convidada a sociedade civil, estudantes, organizações não
165 governamentais, dentre outros. Dando seguimento à reunião, o Presidente comunica que
166 o informativo entregue aos presentes se refere ao evento realizado em Tapira/MG no mês
167 de agosto sobre o potencial conflito pelo uso de recursos hídricos e seus desdobramentos.
168 Ele salienta ainda, que após a realização da visita técnica e da assembleia, já se reuniu
169 com a Supram e o Ministério Público (MP) e que está acompanhando a elaboração do
170 Termo de Compromisso Ambiental (Supram) e o Termo de Ajustamento de Conduta
171 (Ministério Público), que está contém 3 (três) itens que demandarão estudos. Para tanto,
172 solicita à CTPlan o acompanhamento dessas ações e comunica que conforme informações
173 do MP, até o dia 31/10/16 o TAC estará pronto. Ronaldo Barbosa convida os presentes
174 para participarem da Audiência Pública do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)
175 de Araxá, a ser realizada no dia 26 de outubro, às 19 horas, na Associação Comercial do
176 município. Para encerrar o **item 04**, Giacomini faz saber da decisão da diretoria em realizar
177 um evento sobre as alternativas de tratamentos de efluentes domésticos e industriais, em
178 meados de 2017. Portanto, ficou acordado entre os diretores do CBH que o Procedimento
179 de Manifestação de Interesse (PMI) 002/2014 que trata do financiamento para
180 implementação de tratamento de efluentes sanitários com a utilização de técnicas de
181 fitorremediação, será cancelado, ficando a ABHA no aguardo do evento para poder abrir
182 novo edital. No **item 05**, o Coordenador da CTIL, Thiago Alves esclarece como será o
183 processo da revisão do regimento interno do CBH Araguari e agradece a participação dos
184 membros da câmara técnica, em especial, da representante do Igam, Jeane Maia. O
185 conselheiro Sylvio Andreozzi, sugere que o coordenador apresente as alterações que

186 houveram no novo regimento. Thiago comunica que, conforme arrazoado enviado a todos
187 os conselheiros, a CTIL, em consenso, optou por suprimir o texto inserido no inciso XIX do
188 artigo 5º: **“Arbitrar, em primeira instância administrativa, recursos de conselheiros**
189 **sobre decisões da agência de bacia hidrográfica ou entidade a ela equiparada”**. Ele
190 informa que em reunião da câmara realizada no dia anterior da assembleia, o conselheiro
191 Gustavo Malacco, solicitante dessa inserção, concordou com a retirada do inciso, visto que,
192 não caberia disciplinar tal tema no regimento. Sendo assim, fica acordado que a CTIL irá
193 elaborar documento específico para esse tema. Já no §11 do artigo 7º: **“Para os**
194 **segmentos Usuários e Sociedade Civil será garantida a titularidade para os setores**
195 **representados no processo eleitoral”**, a CTIL entendeu que o CBH não poderá interferir
196 no processo eleitoral disciplinado pelo Igam, para tanto, irá consultar o órgão gestor sobre
197 a interpretação do §5º do mesmo artigo: **“Os membros titulares e suplentes do**
198 **segmento da sociedade civil serão escolhidos dentre as organizações técnicas de**
199 **ensino e pesquisa e as organizações não governamentais, conforme definidas nos**
200 **arts. 48 e 49 da Lei nº 13.199/99, cujas atuações sejam relacionadas aos recursos**
201 **hídricos na respectiva Bacia Hidrográfica, observando-se a proporcionalidade na**
202 **representação dessas organizações”**. Sendo assim, o texto do §11 do artigo 7º será
203 suprimido até que o Igam pacifique o §5º do mesmo artigo. Também foi retirado da minuta
204 do regimento interno o §12 do artigo 7º: **“É vedada a participação de membros do CBH**
205 **Araguari na Diretoria e no Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão**
206 **(GTACG) quando as suas respectivas entidades participarem da governança da**
207 **agência de bacia ou entidade a ela equiparada”**. Esse assunto será tratado na revisão
208 da Resolução nº 61/2015 que criou o GTACG. O coordenador da CTIL salienta que uma
209 das alterações mais significativas foi a não aceitação de procurações em assembleias e
210 justificativas de ausências de conselheiros. Além dessa nova norma, o novo regimento
211 interno trouxe na Seção III com as competências das câmaras técnicas, algo que não está
212 disposto no atual regimento do CBH Araguari. Thiago diz também que, pelo novo regimento,
213 os grupos de trabalhos poderão ser criados tanto pela diretoria, quanto pelas câmaras
214 técnicas. Após a apresentação da minuta do regimento, o conselheiro Sylvio Andreozzi faz
215 alguns apontamentos. No **§4º do art. 7º**, Sylvio questiona por que deverá ser garantida uma
216 vaga para o setor hidroviário, sendo que esse setor não existe na bacia. Thiago informa

217 que o artigo 10 disciplina sobre o assunto, não sendo obrigatório, ao seu ver, a garantida
218 da vaga para setor, ainda salienta que, como está disposto dessa maneira na DN 52/2016
219 do CERH, o conteúdo não poderá ser alterado. Após discussões, o coordenador da CTIL
220 coloca duas propostas em votação, a primeira, do conselheiro Andreozzi, que solicita que
221 o setor hidroviário seja inserido junto ao inciso VI (Pesca, turismo, lazer e outros usos não
222 consuntivos), e a segunda proposta, da CTIL, que solicita manutenção da separação dos
223 setores conforme preconizado na DN 52/2016. Por 11 votos à 7, fica aprovada a
224 manutenção da separação do setor hidroviário. Sylvio Andreozzi solicita que seja feita uma
225 consulta ao Igam, pois pelo texto dado no §4º, a representação não é compatível com a
226 paridade, e para que seja, haveria a necessidade de aumentar as vagas. No **§5º e §8º do**
227 **art. 7º**, Andreozzi solicita outra consulta ao Igam em relação a proporcionalidade, pois no
228 **§5º** o segmento da Sociedade Civil está dividido em duas partes, organizações técnicas de
229 ensino e pesquisa e as organizações não governamentais. Porém, no **§8º** as entidades não
230 governamentais são divididas em: associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores
231 rurais e demais categorias profissionais, instituições de ensino, associações técnicas,
232 associações culturais e entidades ambientalistas. Andreozzi requer que no **art. 12** seja
233 inserido as palavras “e votado” no final do texto, pois o procedimento comum é, ao retorno
234 do pedido de vista, ele (o pedido de vista) ser votado. A inserção do texto é aprovada. Em
235 relação às ausências dos conselheiros, Giacomini informa que a decisão do CERH é
236 imutável. Sendo assim, não haverá alteração na quantidade de faltas estipuladas para
237 exclusão dos conselheiros. No entanto, Sylvio solicita consulta ao Igam sobre o **inciso II**
238 **do art. 13**, pois questiona o porquê da exclusão se aplicar somente para a vaga do titular.
239 No **Art. 21, §2º**, Andreozzi solicita que seja alterado o texto: “A leitura da ata poderá ser
240 dispensada por requerimento de qualquer membro do Comitê, mediante aprovação do
241 Plenário”, para “A leitura da ata **em assembleia do CBH Araguari** poderá ser **solicitada**
242 por requerimento de qualquer membro do Comitê, mediante aprovação do Plenário”. A
243 alteração é aprovada. No **§3º do art. 22**, Sylvio questiona sobre o quórum de deliberação,
244 defendendo que deverá ser mantido o quórum de instalação. A CTIL propõe que seja
245 mantido o texto original, não sendo obrigatório a manutenção do quórum de instalação para
246 deliberações, pois caso algum membro tenha que se ausentar no decorrer da reunião, o
247 plenário não terá mais condições de deliberar, dando assim, a reunião por encerrada. As

248 duas propostas são votadas. Devido a votação ter ficado empatada com 7 votos para cada
249 proposta, o Presidente dá seu voto de qualidade a segunda proposta, aprovando a
250 manutenção do texto original da minuta. No **art. 25, §3º**, Andreozzi afirma haver
251 discordância com o **§1º** do mesmo artigo, sendo proposto a melhoria da redação, ficando o
252 texto da seguinte maneira: “O preenchimento dos cargos da Diretoria do CBH Araguari
253 deverá observar, a cada mandato **dos membros do Comitê**, a alternância de
254 representantes dos segmentos a que se refere o parágrafo anterior”. A proposta é
255 aprovada. Para finalizar seus apontamentos, Sylvio sugere alteração no texto do **art. 40**,
256 que traz a seguinte redação: “Os casos omissos serão resolvidos **pelo Presidente do**
257 **Comitê, ad referendum da Plenária**, tendo validade até a primeira reunião ordinária
258 subsequente, quando deverá ser apreciado”, para o seguinte texto: “Os casos omissos
259 serão resolvidos **pela plenária do Comitê**”. A alteração é colocada em votação, sendo
260 aprovada pela plenária. Concluído do **item 05** da pauta, o Presidente do CBH Araguari
261 agradece a presença de todos e encerra a reunião. Nada mais a tratar nessa data, encerro
262 esta ata Dayana de Sá e Sousa, constando que a Lista de Presença anexa é parte
263 integrante deste documento.

